

16.2. O acompanhamento da divulgação deste Edital e de comunicados relacionados à seleção pública é de responsabilidade exclusiva do candidato.

16.3. Não serão aceitas a apresentação de documentos ou a interposição de recursos por meio não especificado neste Edital.

16.4. Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de quaisquer recursos ou documentos após as datas e em desacordo com as formas estabelecidas neste Edital.

16.5. Para contagem do prazo de apresentação de documentos e interposição de recursos, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o último dia do prazo estabelecido neste Edital, desde que dia útil, sendo prorrogado, em caso contrário, para o primeiro dia útil subsequente.

16.6. A comprovação da tempestividade da apresentação de documentos será feita pela data do protocolo gerado após o peticionamento eletrônico no Sistema SEI.

16.7. A constatação, a qualquer tempo, de irregularidade, inexatidão de dados ou falsidade de qualquer declaração implicará, ainda que homologada a seleção, anulação da inscrição do candidato, bem como de todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

16.8. Os casos omissos ou excepcionais serão resolvidos pelo(a) Juiz(a) Diretor(a) do Foro da comarca de Carmópolis de Minas.

16.9. Integra este Edital o Anexo Único, correspondente ao Conteúdo Programático.

Carmópolis de Minas, 22 de abril de 2026.

FABÍOLA PINHEIRO DA COSTA DE MELO GOULART
JUÍZA DE DIREITO E DIRETORA DO FORO DA COMARCA DE CARMÓPOLIS DE
MINAS

ANEXO ÚNICO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Direito Civil

- Das Pessoas. Das Pessoas Naturais. Das Pessoas Jurídicas. Do Domicílio. Da desconsideração da personalidade jurídica.
- Dos bens.
- Dos fatos jurídicos. Do Negócio Jurídico. Dos atos lícitos e ilícitos. Da prescrição e decadência. Da prova.
- Do direito das obrigações. Das modalidades. Da transmissão. Do adimplemento e extinção das obrigações. Do inadimplemento das obrigações.
- Da responsabilidade civil. Das preferências e privilégios creditórios. A responsabilidade civil na Constituição.
- Do direito de das coisas. Da posse. Dos direitos reais. Da propriedade. Da superfície. Das servidões. Do uso. Da Habilitação. Do direito do promitente comprador. Do penhor, da hipoteca e da anticrese.
- Do Direito de Família. Do direito pessoal. Do casamento. Das relações de parentesco. Do

direito patrimonial. Do regime de bens entre os cônjuges. Do usufruto e da administração dos bens de filho menores. Dos alimentos.

- Da união estável. Da tutela, da curatela e da tomada de decisão apoiada.

- Do direito das sucessões. Da sucessão em geral. Da sucessão legítima. Da sucessão testamentária. Do inventário e da partilha.

- Das disposições finais e transitórias do Código Civil.

Direito Processual Civil

- Das normas fundamentais do processo civil e sua aplicação. - Jurisdição e ação. Conceito, natureza e características. Condições da ação. - Dos limites da jurisdição nacional e da cooperação internacional. - Da competência interna: disposições gerais, da modificação da competência e da incompetência. Da cooperação nacional. - Dos sujeitos do processo: capacidade processual; dos deveres das partes e seus procuradores; dos deveres; da responsabilidade das partes por dano processual; das despesas; dos honorários advocatícios e da multas; da gratuidade de justiça; dos procuradores e da sucessão das partes e dos procuradores. - Do litisconsórcio, da intervenção de terceiros: disposições comuns; da assistência simples; da assistência litisconsorcial; da denunciação da lide; do chamamento ao processo; do incidente de descon sideração da - Do Juiz, do Ministério Público e dos Auxiliares da justiça. - Da forma, do tempo, do lugar e comunicação dos atos processuais. Dos prazos. - Das nulidades, Formalismo e instrumentalidade das formas. Convalidação do ato processual. Preclusão. - Da comunicação dos atos processuais: disposições gerais; da citação; das cartas; das intimações. Do valor da causa. - Tutela provisória. Disposições gerais. Da tutela de urgência e da tutela de evidência. - Da formação, da suspensão e da extinção do processo. - Procedimento comum: da petição inicial: requisitos, do pedido e do indeferimento da petição inicial. - Da Audiência de conciliação e mediação. - Da contestação, reconvenção e da revelia. - Das providências preliminares e do saneamento: da não incidência dos efeitos da revelia; do fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito dos autos. Das alegações do Réu. - Do julgamento conforme o estado do processo: da extinção do processo: do julgamento antecipado do mérito; do julgamento antecipado parcial do mérito; do saneamento e da organização do processo. - Da audiência de instrução e julgamento. - Das provas: disposições gerais: produção antecipada da prova; da ata notarial; do depoimento pessoa; da confissão; da exibição de documento ou coisa; da prova documental; da força probante dos documentos; da arguição de falsidade; da produção da prova documental; dos documentos eletrônicos; da prova testemunhal; da admissibilidade e do valor Controle Interno 5e7e191d77 Edital 02/2024 (20280299) SEI 0185361-98.2024.8.13.0879 / pg. 11 da prova testemunhal; da produção da prova testemunhal; da prova pericial; - Do cumprimento da sentença: disposições gerais; do cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar a quantia certa; do cumprimento definitivo que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa; do cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos; do cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar a quantia certa pela fazenda pública; do cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, de não fazer ou de entregar coisa; do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, de não fazer ou de entregar coisa; do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entrar coisa. - Procedimentos especiais de jurisdição litigiosa e de jurisdição voluntária no Código de Processo Civil e legislação extravagante. Ação de alimentos e alimentos gravídicos. - Do processo de execução: da execução em geral; das diversas espécies de execução; da execução contra a fazenda pública; da execução de alimentos; dos embargos à execução; da suspensão e da extinção do processo executivo. - Recursos. Disposições gerais; da apelação; do agravo de instrumento; dos embargos de declaração;

Direito do Consumidor

- Natureza e fonte das regras de consumo. A relação de consumo e suas características. - Integrantes e objeto da relação de consumo. Objetivos e princípios da política nacional das relações de consumo. - Os direitos básicos do consumidor. Interpretação das regras de

consumo. - Da qualidade que os produtos e serviços devem ter. Da responsabilidade dos agentes que figuram nas relações de consumo. - Espécies de responsabilidade previstas na lei de consumo. - Da prescrição e da decadência nas ações atinentes a matéria de consumo. - Da proteção contratual em matéria de consumo. Princípios que regem a matéria. Os contratos de adesão. Das cláusulas abusivas. Espécie e efeitos jurídicos. - A defesa do consumidor em juízo. Ação individual e coletiva. Legitimidade para sua propositura. Efeitos da coisa produtos e serviços. - Responsabilidade civil. Responsabilidade contratual e extracontratual. Dano patrimonial e moral. Da cobrança de dívidas e dos bancos de dados e cadastros.

Direito Penal

- Conceito, funções e características do Direito Penal. Evolução do Direito Penal e do Direitos Penal brasileiro. Fontes e princípios do Direito Penal, Doutrinas, escolas e tendências penais. Abolicionismo, Garantismo, Direito penal mínimo e máximo. Direito Penal do autor do fato e do autor. Direito penal do inimigo. Justiça Restaurativa, Política. Política criminal. Criminologia. Vitimologia. Sistemas penitenciários. - Teoria da norma penal. Lei penal: fontes, características, interpretação, integração, vigência, e aplicação. A lei penal no tempo e no espaço. A lei penal em relação às pessoas. Conflito parente de normas. O título I da Parte Geral do Código Penal brasileiro. - Teoria do crime: conceito, evolução histórica e princípios sistemas. Bem jurídico. Dano e perigo. Teria da conduta. Condutas comissivas e omissivas. Teoria do tipo penal. Classificação. Tipos dolosos culposos. Relação de causalidade. Imputação. Imputação objetiva. Ilicitude e causas excludentes. Culpabilidades e dirimentes. Erro de tipo e de proibição. Itercrimínis. Consumação e tentativa. Desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior. Crime impossível. Imputabilidade penal. Concurso de pessoas. Os Títulos II, III e IV da Parte Geral do Código Penal brasileiro. - Teoria geral das penas. Penas em espécie e medidas de segurança. Aplicação, dosimetria e regime de cumprimento das penas. Concurso de crimes. Erro na execução e resultado diverso do pretendido. Limites das penas. Execução penal. Suspensão condicional da Pena. Livramento condicional. Efeitos da condenação. Reabilitação. Ação penal. Extinção da punibilidade. Os Títulos V, VI, VII e VIII da Parte Geral do Código Penal brasileiro. - Crimes em espécie contidos nos Títulos I e II da Parte Especial do Código Penal brasileiro. - Crimes em espécie contidos nos Títulos III a XI da Parte Especial do Código Penal Brasileiro. - Disposições penais da Constituição da República Federativa do Brasil. Disposições penais da LEP (Lei nº 7.210/84). Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/90). Crime organizado (Lei nº 12.850/13 e Lei nº 12.694/12). Crimes e disposições penais das seguintes leis: abuso de autoridade (Lei 4.898/65), tortura (Lei nº 9.455/97), responsabilidade de prefeitos e vereadores (Decreto-Lei nº 201/67), eleitoral (Lei nº 4.737/65 e Lei nº 9.504/97), licitações e contratos públicos (Lei 8.666/93), Lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei 9.613/98 e 12.683/12), falência (Lei nº 11.101/05). - Crimes e disposições penais da Lei nº 11.343/06 (drogas). As contravenções penais (Decreto-Lei nº 3.688/41). Crimes e disposições penais da Lei nº 9.099/95 (juizados especiais). - Crimes e disposições penais das seguintes leis: Leis nº 10.826/03 (armas), Lei nº 9.503/97 (trânsito), Lei nº 9.605/98 (meio ambiente), Lei nº 8.078/90 (consumidor), Lei nº 8.137/90 (ordem tributária), Lei nº 8.176/91 (ordem econômica), Lei nº 1.521/51 (economia popular), Lei nº 8.069/90 (criança e adolescente) e Lei nº 13.431/17, Lei nº nº 10.741/03 (idoso), Lei nº 11.340/06 (mulher), Lei nº 7.716/89 (preconceito de raça ou cor)

Direito Processual Penal

- Processo penal em geral. Fontes e princípios do direito processual penal. Sistema processuais. - Norma processual penal. Interpretação, integração, aplicação e eficácia temporal, espacial e subjetiva da lei processual penal. - Investigação criminal. Sistema de investigação, poderes, deveres, metodologias e atos investigatórios. A Polícia Judiciária. O inquérito policial. - Ação penal. Ação civil ex delicto. Jurisdição e competência. Sujeitos processuais. - Medidas cautelares pessoais. Prisão. Liberdade provisória. Audiência de custódia. Medidas cautelares reais. Questões e processos incidentes. Prisão espacial.

Direito Administrativo

- Administração Pública. Atos administrativos, próprios e impróprios das funções legislativas, executivas e judiciárias.

- Organização da Administração Pública. Estrutura administrativa do Estado. Administração direta e indireta. Regime jurídico da administração indireta. Prerrogativas e sujeições. Desconcentração e desconcentração. Pessoas de Direito Público e de Direito Privado. Decreto Lei nº 200, de 25/02/1967. Consórcios públicos. Parcerias público-privadas. - Atos administrativos. Atividades administrativas. Processos administrativos. Convalidação, efeitos. Extinção dos atos administrativos. Discricionariedade e legalidade. Classificação dos atos administrativos. Espécie de atos administrativos. Validade, eficácia, aperfeiçoamento, efeitos e extinção dos atos administrativos. Prescrição administrativa. - Atividades regulatórias da Administração Pública. Poder de polícia. Competência regulatória. Competência econômica, social setorial, técnica/especializada. Agências reguladoras. - Controle da Administração Pública, Mandado de segurança coletivo, Ação civil pública e ação popular. Reclamação ao Supremo Tribunal Federal. Mandado de injunção. Ação Coletivas. Habeas Data. Direito de petição. - Contratos administrativos. Contratação direta (Lei nº 8.66, de 21.06.1993). Ordem de Serviços. Organizações sociais da sociedade civil de interesses público. Organizações não governamentais. Licitação, Inexigibilidade e Dispensa. Modalidades. Fases do procedimento licitatório. Tipos de Licitação. Princípios da Licitação. - Agentes públicos: classificação e espécie de vínculos com o Estado. Sistema de remuneração. Vencimentos e subsídios. Vedações. Fixação, alteração e limites. Regime constitucional do servidor público. Direito de greve. - Responsabilidade do servidor público (política, administrativa, civil e criminal). - Concessão e permissão de serviços públicos. Conceitos. Modalidades de concessão. Reversibilidade de bens. Extinção e Direitos dos concessionários e dos usuários. - Desapropriação. Modalidades. Desapropriação Direta e indireta. Desapropriação pro zona. Desapropriação urbanística. Atos expropriatórios por particulares. Hipóteses. Decreto Expropriatório. Prazo. Efeitos. Destinação dos bens. Reversão. Desapropriação pro acordo e judicial. Indenização. Decreto-Lei 3365/41. - Responsabilidade Civil do Estado. Responsabilidade objetiva e subjetiva. Modalidades. Fundamentos. Causas excludentes e atenuantes. Reparação do dano. -Intervenção na propriedade e atuação no domínio econômico: servidão, requisição, ocupação temporária, tombamento e limitações administrativas. - Da fazenda Pública. Conceito. Prerrogativas processuais. Controle externos e orçamento. Lei de Responsabilidade fiscal. - Comunicação dos atos processuais. As provas no direito processual penal. Prazos processuais. Defeitos processuais. Nulidades. - Atos jurisdicionais. Despachos. Decisões. Sentenças. Acórdãos. Decisões monocráticas. Trânsito em julgado. Coisa julgada. - Recursos em geral. Remédios autônomos. Habeas corpus. Revisão Criminal. Mandado de segurança criminal. Reclamação. Correição parcial. - Processos e procedimentos em espécie, do Código de Processo Penal. Disposições processuais penais da Constituição da República Federativa do Brasil e do Código Penal brasileiro. Disposições do Código de Processo Civil brasileiro vigente (Lei nº 13.105/15) aplicáveis ao processo penal. - Disposições processuais penais contidas na legislação especial: drogas (Lei nº 11.343/03), violência doméstica (Lei nº 11.340/06), prisão temporária (Lei nº 7.960/89), prisão, medidas cautelares, liberdade provisória (Lei nº 12.403/11), juizados especiais (Lei nº 9.099/95) falência (Lei nº 11.101/05), eleitoral (Lei nº 4.737/65), organizações criminosas (Leis nº 12.850/13 e 12.694/12), proteção a testemunhas (Lei nº 9.807/99), depoimento especial (Lei nº 13.431/17), interceptação telefônica (Lei nº 9.296/96), responsabilidade de prefeitos e vereadores (Decreto-Lei nº 201/67). Execução penal (Lei nº 7.210/84). Súmulas e jurisprudência do STF e do STJ.

Direito Constitucional

- Constitucionalismo e teoria da constituição. Constituição. - Supremacia da Constituição. Normas constitucionais: hermenêutica e filosofia constitucional. Métodos de interpretação. Aplicabilidade e eficácia. Mutação constitucional. - Controle da constitucionalidade: lineamentos gerais e modalidades. Controle da constitucionalidade no âmbito da Constituição do Estado de Minas Gerais. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

Mandado de Injunção. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão. Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva. - Preâmbulo da Constituição. Princípios Fundamentais. Direitos e Garantia Fundamentais. - Organização do poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. - Poder Judiciário. Direitos, garantias e deveres. Autonomia administrativa e financeira dos Tribunais. Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça. Superior Tribunal de Justiça. Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais. Tribunais e Juízes do Trabalho. Tribunais e Juízes Eleitorais. Tribunais e Juízes Militares. Tribunais e Juízes dos Estados. Das funções essenciais à justiça: Ministério Público, - Tributação e Orçamento: sistema tributário nacional (princípios gerais e limitações ao poder de tributar) e finanças públicas (normas gerais e orçamentos). - Ordem Econômica e Financeira: princípios gerais da atividade econômica, política urbana, política agrícola e fundiária e da reforma agrária. - Ordem Social: seguridade social, saúde, previdência social e assistência social, cultura e desporto; meio ambiente, família, criança e adolescente, jovem e idoso; índios.

Das Leis extravagantes

- Registro públicos (Lei nº 6.015/1973 e suas alterações). - Locação (Lei nº 8.245/1991 e suas alterações). - Estatuto do Idoso (Lei nº 10.747/2003 e suas alterações). - Juizados Especiais Cíveis - Juizado Especial Criminal - Alienação fiduciária. Decreto Lei nº 911, 1º de outubro de 1969. - Da locação predial urbana e suas ações. - Ação civil Pública. - Mandado de segurança. - Ação popular.

Em 22 de abril de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Fabíola Pinheiro da Costa de Melo Goulart**, **Juiz(a) de Direito**, em 23/04/2026, às 17:17, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **25960706** e o código CRC **752B13D8**.

0075250-76.2026.8.13.0879

25960706v29